



PODER JUDICIÁRIO

Resolução TC nº 46/2018 Anexo VIII – Item 3.
Relação das auditorias internas realizadas pela unidade de controle interno

Nº AUDITORIA	OBJETO	MEDIDAS ADOTADAS PARA O SANEAMENTO DAS IRREGULARIDADES
1	Inventário do Almoarifado 2017 - Ambulatório Ângelo Jordão	Na amostra utilizada para análise do inventário do Ambulatório do Centro de Saúde Des. Ângelo Jordão, constatou-se que os registros contábeis feitos no sistema eFisco refletem, íntegra e fielmente, as quantidades físicas e financeiras dos estoques. Dessa forma, não restou evidenciada qualquer irregularidade capaz de comprometer, em seus aspectos relevantes, a confiabilidade das informações apresentadas.
2	Inventário do Almoarifado Central - 2017	Na amostra utilizada para a contagem dos itens, foi observado que os registros contábeis feitos no sistema eFisco refletem, íntegra e fielmente, as quantidades físicas e financeiras dos estoques. Entretanto, foi detectado que há suscetibilidade, no Sistema de Materias do TJPE, de haver alteração de informações quantitativas e qualitativas mesmo após o fechamento do exercício, o que compromete o atributo da integridade (consistência) da informação apresentada. Quanto às medidas adotadas, a Diretoria de infraestrutura afirmou que diminuirá a periodicidade do confronto de dados do sistema eFisco e do Sistema de Materiais, a fim de mitigar os riscos apontados por esta Controladoria. A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação afirmou que, após tomar conhecimento do detalhamento das regras de negócio vinculadas ao sistema em questão, trabalhará na implementação de nova versão do software.
3	Eventos da Folha de Pagamento	Relatório Preliminar enviado à área auditada. As recomendações feitas pela Controladoria estão sendo avaliadas pelas Unidades envolvidas, com objetivo de sanar as falhas detectadas. Em momento posterior à resposta do auditado, a Controladoria fará o monitoramento dos achados apontados.
4	Auditoria nas Dispensas de Licitações	Compromisso da administração em adotar as recomendações nas futuras contratações. Quanto a irregularidade de descumprimento de obrigações do locador (Contrato nº 04/2018) , ficou pendente a implantação do controle de acesso informatizado dos veículos, o que está sendo objeto de monitoramento.
5	Auditoria nas Prestações de Contas do Convênio nº 008/2012 - Caixa de Assistência dos Magistrados de PE - CAMPE	A auditoria apontou que os Planos de Trabalho analisados (referentes aos exercícios de 2017 e 2018) foram insuficientemente detalhados, especialmente em relação às metas financeiras e físicas. A área auditada efetuou ajustes no Plano de Trabalho do convênio, com a finalidade de pormenorizar as informações presentes no instrumento. Outras irregularidades apontadas já foram corrigidas por meio da celebração de novo convênio com a mesma natureza (Convênio nº 042/2018).



Nº AUDITORIA	OBJETO	MEDIDAS ADOTADAS PARA O SANEAMENTO DAS IRREGULARIDADES
6	Auditoria nas Prestações de Contas do Comitê Gestor do FERC-PE	O Comitê Gestor do FERC-PE apresenta mensalmente sua prestação de contas com relação à utilização dos recursos do fundo. No período analisado, janeiro a fevereiro de 2018, não foram identificados achados que suscitassem dúvidas por esta auditoria.
7	Auditoria no Inventário dos Bens Permanentes	Foi percebido que, durante o inventário dos bens permanentes, alguns ativos não foram encontrados no local registrado pelo Sistema de Patrimônio. A Gerência de Patrimônio, vinculada à Diretoria de Infraestrutura, possui a lista completa dos bens não encontrados e demandará das unidades envolvidas os esclarecimentos sobre as irregularidades apontadas.
8	Avaliação do Sistema de Governança e Gestão de TI - Ação Coordenada de Auditoria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	Esta Ação Coordenada de Auditoria teve como objetivo avaliar os conteúdos estabelecidos para a governança e gestão de TI, considerando projetos, processos, riscos e resultados de TI em comparação com padrões internacionalmente aceitos, como COBIT, PMBOK, ITIL, CMMI, ISO 17799, ISO 27001, as Resoluções CNJ nº 91/2009, nº 182/2013, nº 198/2014 e nº 211/2015 e o perfil de governança de TI traçado pelo TCU. A trabalho testou informações a respeito das diretrizes de governança, planos estratégicos e operacionais da área de TIC, quantitativo de servidores alocados à citada área, plano de capacitação em TIC e fluxos de processos relacionados à tecnologia da informação. Todas as informações foram repassadas ao CNJ, as quais ainda se encontram em análise pelo egrégio Conselho.
9	Auditoria Operacional do Núcleo de Monitoramento e Análise de Desempenho	As propostas de melhorias na gestão do acompanhamento estratégico serão verificadas ao longo de 2019, no entanto já se observa a alimentação de informações na ferramenta TJPE Estratégia.
10	Auditoria na Governança das Aquisições	Os questionamentos realizados pela Controladoria estão sendo avaliados conjuntamente pelas áreas envolvidas, com objetivo de sanar as falhas detectadas.
11	Auditoria de Grupo de Trabalho e Servidores à Disposição	A Diretoria Geral, Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica e Secretaria de Gestão de Pessoas se comprometeram a definir critérios e respectivos indicadores para formulação de metas, bem como o fluxo de tramitação dos pedidos de grupos de trabalho. Foi efetuado desconto de pagamento indevido de grupo de trabalho a servidor. No Processo Administrativo nº. 1181/2010, em tramitação, está sendo apurado eventual desvio de função de servidores cedidos a este Tribunal. A Secretaria de Gestão de Pessoas diligenciou junto aos Órgãos Cedentes para renovação das cessões de servidores apontados na auditoria.
12	Auditoria na Unidade de Almoxarifado	As recomendações sugeridas para melhoria da gestão dos materiais serão verificados ao longo de 2019. Quanto às providências de adequação do Almoxarifado Central, conforme laudo de Vistoria de Prevenção e Combate a incêndio, está em execução, conforme Processo SEI nº 00035842-78.2018.8.17.8017.
13	Auditoria na Remuneração das Aplicações Financeiras e dos Depósitos Judiciais	Foram encontradas divergências entre os saldos de algumas contas correntes e CDBs e os valores contabilizados no eFisco, o que demonstra intempetividade no registro dessas informações. A Diretoria Financeira esclarece que, devido a dificuldades operacionais no sistema contábil, eventualmente não é possível realizar os registros conforme os extratos bancários, mas que adotará novas rotinas visando realizar os registros tempestivamente.



Nº AUDITORIA	OBJETO	MEDIDAS ADOTADAS PARA O SANEAMENTO DAS IRREGULARIDADES
14	Auditoria nos Contratos de Serviços Terceirizados	O trabalho consistiu em auditoria operacional em uma amostra de contratos de serviços terceirizados. Teve como objetivo verificar a evolução financeira dos contratos de terceirização e a possibilidade de desvio de função dos terceirizados. Os questionamentos realizados pela Controladoria estão sendo avaliados conjuntamente pelas áreas envolvidas, com objetivo de sanar as falhas detectadas.
15	Auditoria nos Aditamentos realizados ao Contrato nº 076/2017 - Construção da Escola Judicial	As recomendações sugeridas no relatório de auditoria foram encaminhadas pelo Diretor Geral à Diretoria de Engenharia e Arquitetura, através do Processo SEI nº 00041068-96.2018.8.17.8017, para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

Clarissa Amaral Mendes de Lima
Chefe da Controladoria

